O DIRETOR,
Concordo com o teor do Caderno Encargos.
Ao COMODORO STI,

João Paulo Cancela Roque

Assinado de forma digital por João Paulo Cancela Roque
Dados: 2020.08.06 17:02:40 +01'00'

João Paulo Cancela Roque
CMG EMA

O COMODORO STI,
Aprovo o Caderno de Encargos.

Bento Manuel Domingues

Digitally signed by Bento Manuel Domingues
Date: 2020.08.07 11:27:28 +01'00'

Bento Manuel Domingues
COMODORO

Marinha

Entidade Adjudicante **| Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações**

Número Processo Despesa **| 3020013491**

Procedimento **| Concurso Público**

Objeto do Contrato **| Fornecimento da Renovação do Licenciamento Microsoft**

CADERNO DE ENCARGOS

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS 2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais 2
Artigo 1.º | Objeto 2
Artigo 2.º | Contrato 2
Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato 2
Artigo 4.º | Local de entrega dos bens 2
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais 3
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário 3
Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário 3
Artigo 6.º | Conformidade dos bens 3
Artigo 7.º | Inspeção dos bens 3
Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias 4
Artigo 9.º | Receção do material 4
Artigo 10.º | Aceitação dos bens 4
Artigo 11.º | Rejeição dos fornecimentos 5
Artigo 12.º | Garantia dos bens 5
Artigo 13.º | Dever de sigilo 5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante 5
Artigo 14.º | Preço Base 5
Artigo 15.º | Preço Contratual 5
Artigo 16.º | Condições de pagamento 6
Artigo 17.º | Mora no pagamento 6
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução 6
Artigo 18.º | Penalidades contratuais 6
Artigo 19.º | Força maior 7
Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público 8
Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário 8
Artigo 22.º | Execução da caução 8
CAPÍTULO IV – Disposições Finais 9
Artigo 23.º | Comunicações e notificações 9
Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação 9
Artigo 25.º | Fiscalização 9
Artigo 26.º | Gestor do Contrato 9
Artigo 27.º | Foro competente 9
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS 10
Artigo 28.º | Requisitos Técnicos 10
ANEXO A - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO 11
ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 12

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos bens discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
    a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato tem a duração de 1 ano, com início de vigência a 1 de dezembro de 2020, sendo que, a produção plena de efeitos apenas se concretizará no dia subsequente ao pagamento dos emolumentos referentes ao processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, se este pagamento for posterior.
2. Os bens, licenças com a duração de um ano, serão entregues no prazo máximo de 5 dias, a contar da data determinada conforme ponto 1.

Artigo 4.º | Local de entrega dos bens

1. Os bens serão entregues na Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações, Praça do Município, 1149-001 Lisboa.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o seguinte:
    a. Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
    b. Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
    a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;
    b. Obrigação de garantia dos bens;
    c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;
    d. Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 6.º | Conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 7.º | Inspeção dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do contraente público, para verificação das caraterísticas, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso da inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.

Artigo 9.º | Receção do material

1. O material deve ser acompanhado de guia de remessa, em triplicado, e respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
    a. Número do Processo de Despesa (NPD);
    b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
    c. Número do Compromisso;
    d. Número Nacional de Abastecimento (NNA/NSN), caso aplicável;
    e. Morada;
    f. IBAN e código SWIFT;
    g. Endereço de Email;
    h. NIPC ou VAT NUMBER.
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 10.º | Aceitação dos bens

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos bens objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 11.º | Rejeição dos fornecimentos

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

Artigo 12.º | Garantia dos bens

1. A garantia dos bens importa sobre o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.
3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 13.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 14.º | Preço Base

O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de 1.063.881,70 € (um milhão e sessenta e três mil oitocentos e oitenta e um euros e setenta cêntimos), IVA excluído, considerado como parâmetro base do preço contratual.

Artigo 15.º | Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 16.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência eletrónica.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.
6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas.

Artigo 17.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 6. do artigo anterior, quando aplicável.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução

Artigo 18.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
    a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
    b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1‰, por cada dia de atraso;
    c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5‰, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
    e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
    f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
    g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 22.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 23.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Segundo Outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
    a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar autorização para cedência da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
    b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
    c. O Primeiro Outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Segundo Outorgante não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 25.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 26.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 27.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 28.º | Requisitos Técnicos

A Especificação Técnica faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo B.

ANEXO A - Extensão do Fornecimento

DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANEXO A

EXTENSÃO DE FORNECIMENTO

PAQ N.º: 20037/DITIC

DATA: 26/05/2020

DIVISÃO/SECÇÃO: DSE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/PROCESSO: : DITIC-SVCNUC-Assegurar Evolução Infraestrutura Aplicacional e Ferramentas Produtividade – Renovação licenciamento Microsoft

1. Os objetos de fornecimento constam na tabela abaixo:

Nr. Item	Part Number	Descrição	CPV	Qtd.
1	AAA-10756	Microsoft M365E3 1License PerUsr	48300000-1	1925
2	AAA-28605	Microsoft M365E5 1License PerUsr	48300000-1	540
3	JFX-00003	M365F1FullUSL ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	48300000-1	1495
4	9GS-00495	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	48300000-1	128
5	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	48300000-1	6
6	7LS-00002	ProjOnlnProf ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	48300000-1	50
7	N9U-00002	VisioOnlnP2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	48300000-1	30
8	MX3-00115	VSEntwMSDN ALNG LicSAPk MVL	48300000-1	10
9	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	48300000-1	1000
10	AAA-72999	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr STUUseBnft (Original)	48300000-1	2000
11	54R-00098	MSImgnAcdmy ALNG SubsVL MVL Srvcs	48300000-1	1
12	H5T-00003	CrtfctnAcdmcVL Fee MVL MCPCertPk(30)	48300000-1	1
13	H5T-00017	CrtfctnAcdmcVL Fee MVL MOS-MTA-MCECertSiteLicCombo500	48300000-1	1

O Chefe de Divisão

João Luís Pacheco Raimundo

Assinado de forma digital por João Luís Pacheco Raimundo
Dados: 2020.08.06 16:42:08 +01'00'

ANEXO B - Especificação Técnica

DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANEXO B

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

PAQ N.º: 20037/DITIC

DATA: 26/05/2020

DIVISÃO/SECÇÃO: DSE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/PROCESSO: DITIC-SVCNUC-Assegurar Evolução Infraestrutura Aplicacional e Ferramentas Produtividade – Renovação licenciamento Microsoft

1. INTRODUÇÃO

Tendo por base a solução Microsoft (comercialmente designada por Enterprise Agreement) que se encontra atualmente implementada na Marinha, pretende-se proceder à sua renovação em modelo de subscrição de licenças. Esta renovação deverá englobar, de forma genérica, a infraestrutura aplicacional, a atualização contínua do Sistema Operativo (SO) e Software de produção Microsoft Office para as versões mais recentes disponíveis, para todos os computadores em serviço na organização, permitindo a uniformização do Software Microsoft (SW) e o suporte técnico especializado. Este processo permitirá igualmente garantir a legalização do licenciamento de todo SW instalado, a evolução contínua de Datacenter através do Windows Server, Exchange, SharePoint e System Center, entre outros. Adicionalmente, encontra-se implementada uma capacidade de Formação e Credenciação nos Centros de Formação (Escola Naval, Escola de Tecnologias Navais, entre outros).

2. REQUISITOS TÉCNICOS

2.1. A solução Enterprise Agreement Subscription (EAS) a adotar deverá ter presente o EAS atualmente ativo, com:

- Posto de Trabalho Moderno (Utilizadores M365 E5, E3, F3 e A5) – 6.960 utilizadores
- Core Infrastructure Suite (CIS) – 128 licenças
- SQL Enterprise Core – 6 licenças
- Project Online Professional – 50 utilizadores
- Visio Online Plano 2 – 30 utilizadores
- Visual Studio Enterprise – 10 utilizadores

E deverá incluir o fornecimento por parte da Microsoft das seguintes plataformas, nas quantidades subscritas:

a) Atualização do SO para a versão Windows mais recente;
b) Virtualização de Desktop's;
c) Direct Access;
d) Bitlocker;
e) Windows to Go;
f) Atualização do Office Professional para a versão mais recente, para as licenças que têm acesso a esta solução (M365 E3 e E5);
g) Enterprise Mobility + Security
    - Acesso aos Servidor de Produtividade – SharePoint, Exchange e Skype (M365 E3 & E5)
    - Segurança:
    - Windows Hello, Credential Guard and Direct Access 15, BitLocker, Defender Antivirus and Device Guard
    - Azure Active Directory Plan 1, Microsoft Advanced Threat Analytics, Azure Information Protection Plan 1
    - Conformidade:
    - eDiscovery Content Search
    - Sensibilidade manual e etiquetas de retenção
    - Office 365 Data Loss Prevention (DLP) for email and files, eDiscovery Export, eDiscovery Hold, Litigation Hold, In-Place Hold, basic Audit, Email archiving (M365 E3 & E5)
    - Power Apps for Office 365, Power Automate for Office 365
    - Microsoft 365 Admin Center, Microsoft Intune, Windows AutoPilot, Fine Tuned User Experience, Windows Analytics Device Health
    - Mobile Device Management for Office 365
h) Exchange Server
i) MDOP
j) SQL Server Enterprise
k) Lync Server Enterprise
l) Project Server
m) SharePoint Server
n) Visual Studio
o) System Center Suite
p) Windows Remote Desktop
q) Forefront Identity Manager
r) Enterprise Performance Management
s) Power BI Pro (M365 E5)

2.2. O licenciamento Microsoft deverá incluir benefícios de ***Software Assurance***. Estes benefícios serão fornecidos pelo fabricante aquando da ativação do contrato.

a) Serviços:

    - ✓ 24x7 *Problem Resolution Support* ou similares
    - ✓ Planning Services ou similares

- ✓ Training Vouchers ou similares
- ✓ E-Learning for end users ou similares
- ✓ Home Use Program ou similares

b) Upgrade Windows 8 Enterprise
c) Office Multi-Language Pack ou similares
d) Cold Back-ups for Disaster Recovery ou similares
e) License Mobility

2.3. O licenciamento a incluir deverá ter por base os seguintes quantitativos e distribuição:

a) Licenciamento de 540 dispositivos com Microsoft 365 E5;
b) Licenciamento de 1925 dispositivos com Microsoft 365 E3;
c) Licenciamento de 1495 dispositivos com o Microsoft 365 F3;
d) Licenciamento de 3000 dispositivos com Microsoft 365 A5 (Modelo Educação - Campus, 1000 utilizadores + 2000 Student Benefit).

2.4. A solução incluirá a modalidade de **Licenciamento Académico** para as unidades responsáveis pelo ensino e formação do pessoal da Marinha. Deverá também incluir o **Microsoft IT Academy**, programa de subscrição anual, que permitirá às instituições oferecer aos seus alunos, pessoal docente e outros colaboradores uma formação e certificação privilegiada nas mais recentes tecnologias da Microsoft.

2.5. O licenciamento académico Microsoft deve incluir o ***Software Assurance***, contemplando acesso gratuito ao Microsoft 365 para Educação Plano A5 (alunos), em que as instituições podem oferecer direitos limitados de utilização do SW para trabalho e em casa aos seus colaboradores, docentes e funcionários, sem custo de uma licença adicional para o formando e com vantagens em termos de formação Microsoft (formação online, acesso a conteúdos formativos, certificação entre outros).

2.6. Ainda neste âmbito, o ***Software Assurance*** deve incluir as vantagens oferecidas pela Microsoft associadas a este serviço, dos quais elencamos as mais importantes:

a) Atualizações das *Major* e *Minor releases*;
b) Training Vouchers para Formação em entidades certificadas Microsoft ou similares;
c) *E-learning* nas ferramentas Microsoft para a componente administrativa e componente técnica ou similares;
d) 24x7 Suporte de Resolução de Problemas ou similares;
e) *Disaster Recovery Rights*;
f) Possibilidade de utilização de versões anteriores (*downgrade*) para licenças *on-premises* – pelo menos 1 nível.

2.7. Os produtos Microsoft devem seguir as designações e quantidades indicadas nas tabelas abaixo, tendo presente os *part-number* para as Licenças e Certificações a contratualizar em dois grupos

a) Licenças Software EAS:

EAS		
Part Number	**Descrição**	**Qtd.**
AAA-10756	Microsoft M365E3 1License PerUsr	1925
AAA-28605	Microsoft M365E5 1License PerUsr	540
JFX-00003	M365F3FullUSL ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	1495
9GS-00495	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	128
7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	6
7LS-00002	ProjOnlnProf ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	50
N9U-00002	VisioOnlnP2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	30
MX3-00115	VSEntwMSDN ALNG LicSAPk MVL	10

Estas licenças deverão estar abrangidas pelo Memorando de Entendimento entre a Microsoft e a AMA, que define as condições de aquisição e subscrição de licenciamento para todas as entidades do Setor Público elegíveis.

b) Licenças Software CAMPUS:

Campus		
Part Number	**Descrição**	**Qtd.**
AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	1000
AAA-72999	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr STUUseBnft (Original)	2000
54R-00098	MSImgnAcdmy ALNG SubsVL MVL Srvcs	1
H5T-00003	CrtfctnAcdmcVL Fee MVL MCPCertPk(30)	1
H5T-00017	CrtfctnAcdmcVL Fee MVL MOS-MTA-MCECertSiteLicCombo500	1

3. PROPOSTAS

As propostas deverão incluir prazo de entrega e indicar os preços unitários, discriminando cada um dos componentes.

A cobertura do serviço de licenciamento tem a duração de 1 ano, a começar a vigência do contrato em 01 de dezembro de 2020 ou no dia subsequente ao pagamento dos emolumentos, pela cocontratante, referentes ao processo de fiscalização/visto do Tribunal de Contas, caso esta ocorra em data posterior.

O Chefe de Divisão

João Luís Pacheco Raimundo

Assinado de forma digital por João Luís Pacheco Raimundo
Dados: 2020.08.06 16:42:50 +01'00'